



3777 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT12 - Currículo

REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO ESCRITO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS NO ESTADO DA BAHIA
Pedro Alves Castro - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

RESUMO

Esta investigação tem como objeto a análise das Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental no Estado da Bahia, como o objetivo de problematizar o processo de construção curricular. Metodologicamente utilizamos a análise documental, sendo assim, notamos que houve um processo pouco democrático na constituição da proposta curricular, pois os professores e até mesmo estudantes não participaram ativamente desta construção.

Palavras-chave: Educação. Currículo. Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

No espaço educacional notamos sempre a promoção de momentos no intuito de debater algum elemento da educação ou alguma temática que por hora esteja inquietando os agentes do processo de escolarização. Dentre estes elementos destacamos o currículo. Este foi levado ao centro do debate educacional e passou a ser considerado como peça fundamental para a seleção do conhecimento que deveria ser ensinado nas escolas.

No entanto, as análises não recaem diretamente sobre o currículo e o conteúdo apresentado pelo mesmo. De modo geral, havia também questionamentos sobre o processo de sistematização do mesmo, ou seja, recaem sobre o processo de construção curricular muitos questionamentos. Nessa perspectiva, este estudo teve como objetivo problematizar o processo de construção curricular para o Ensino Fundamental no Estado da Bahia.

Para tanto tomamos como fonte de dados o documento "Orientações Curriculares e Subsídios Didáticos para a Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Fundamental de Nove Anos", recorrendo à análise documental. Este que foi sistematizado no intuito de se tornar uma referência para o planejamento dos professores da rede estadual de educação no Estado da Bahia. Sendo assim, especificamente, analisamos a sessão que descreve o processo de construção curricular.

De acordo com Minayo (2014), ao iniciar uma investigação documental é necessário definir quais os documentos serão analisados, considerando que os textos não falam por si. A referida autora ainda destaca que, para além do ato de apreciar a dimensão linguística do texto definido, por trás dos símbolos linguísticos há intenções, disputas e relações de poder estabelecidas que precisam de problematizações e análises.

Nesse sentido, Silva e Moreira (2011) afirmam que o currículo não deve ser definido como um elemento neutro e inocente de transmissão do conhecimento, pois, ele está imerso em relações de poder. Dessa forma, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, tornando-se um produtor de identidades sociais e individuais. Portanto, ele não é atemporal, uma vez que possui uma história intimamente associada às formas específicas de organização da sociedade e da educação.

Por conseguinte, o currículo prescrito (elemento construído a partir de um contexto e apresentado como um documento sistematizado e oficializado pelas instâncias competentes) apresenta elementos plausíveis de inferências e interpretações em seu processo de prescrição e de construção social. Desse modo, ao compreendermos o currículo como prescrição, compartilhamos das reflexões de Goodson (2008) ao defender que o currículo escrito um testemunho visível de caráter público e sempre sujeito a mudanças. Assim, por meio dos movimentos curriculares, há uma retórica para a legitimação do processo de escolarização.

Goodson (2008) acrescenta, ainda, que o currículo se configura como uma fonte documental capaz de oferecer um mapa do terreno educacional no viés da aprendizagem, ainda que sujeito a modificações. Desse modo, embasando-nos nas reflexões deste autor, pretendemos construir uma análise mediante a concepção *latu sensu* do currículo escrito no intuito de possibilitar uma melhor compreensão sobre os interesses e influências que se apresentam no momento de sua produção.

Nesse sentido, Goodson (2008) acrescenta que existe um conflito no currículo escrito. Segundo ele, além de possuir um "significado simbólico", o currículo lança mão de um significado prático. Cabe considerar que durante a sua publicação ocorrem indicações de quais critérios poderão ser avaliados, permitindo análises públicas da escolarização. Ao nos aproximarmos dessas considerações de Goodson, sob o contexto educacional brasileiro, compreendemos que, dentro da prescrição curricular, há elementos que definem as suas intencionalidades, sendo estes serão alvo de avaliação. Essa avaliação, por sua vez, serve para a classificação tanto das escolas como dos estudantes e professores, assim como para a análise pública da educação ofertada.

ANÁLISE DOS DADOS

Na Bahia, estado localizado no Nordeste brasileiro, é possível notar uma considerável disparidade social, econômica e cultural na população. Frente a este contexto, prevalecem as dificuldades de democratização e garantia de acesso à educação de qualidade, assim como outros direitos sociais essenciais para o bem-estar da população baiana. Considerando esse cenário, o Governo do Estado, no âmbito da Secretaria Estadual da Educação, buscou a consolidação de seu próprio documento curricular para o Ensino Fundamental com o intuito de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores em sala de aula.

Segundo o documento supracitado, as políticas educacionais do estado estão pautadas em dez compromissos definidos pela Secretaria de Educação do Estado presentes no programa Todos pela Escola. Entretanto, os esforços se concentram nos seguintes objetivos:

Contribuir na consolidação da alfabetização das crianças até 08 anos de idade; assegurar a alfabetização e a escolaridade para aqueles que não tiveram a oportunidade de efetuar os estudos em idade regular; inovar e diversificar os currículos escolares, promovendo o acesso dos estudantes ao conhecimento, às artes e à cultura (BAHIA, 2013, p. 11).

Neste fragmento do documento podemos perceber os seus principais objetivos. No primeiro, observamos o projeto de consolidação do processo de alfabetização para as crianças. No segundo, há uma preocupação com a Educação de Jovens e Adultos. No terceiro, percebemos uma proposição para a construção curricular por meio do próprio conhecimento, das artes e da cultura. Nesse sentido, Sacristán (2013) assevera que, a partir das prescrições, ocorre uma determinação de qual caminho deverá ser percorrido para atingir os objetivos pretendidos, e, assim, alcançar uma "aprendizagem de qualidade".

Desse modo, atendo-nos a este documento, percebemos que a equipe de elaboração foi composta por cinco professores, sendo eles: Técnico da Superintendência do Desenvolvimento da Educação Básica/Coordenação de Educação Infantil (SUDEB/CEI); Coordenador da Superintendência do Desenvolvimento da Educação Básica/Conselho Federal de Educação (SUDEB/CFE); Diretor da Superintendência do Desenvolvimento da Educação Básica/Diretoria de Educação e suas Modalidades (SUDEB/DIREM); Coordenador da Superintendência do Desenvolvimento da Educação Básica/Coordenação de Educação Infantil (SUDEB/CEI) e um professor universitário.

Esta equipe de elaboração da proposta também contou com os seguintes colaboradores: diretores, técnicos da Secretária Estadual de Educação, perfazendo um total de 21 participantes, além de consultores, não sendo especificado a formação ou o vínculo dos mesmos com a Secretaria de Educação, em um total de 13 participantes e uma coordenadora. Além destes, participaram 89 validadores, sendo eles, professores e coordenadores pedagógicos das escolas/colégios estaduais da Bahia.

Verificamos que no documento não há uma apresentação de como foi o processo de construção. Não há, também, divulgação de como se deu o processo de elaboração dessa proposta, apenas a página de acesso ao documento, no site da Secretária Estadual de Educação. Lá, encontramos a seguinte informação:

A discussão coletiva deste documento foi oportunizada para os professores do ensino fundamental da rede estadual, através da orientação de estudo, proposta pela SUPED para as Atividades Complementares durante o ano letivo de 2015. Compreendemos que este documento deverá passar por reformulações, considerando as novas definições nacionais da política educacional, a exemplo da definição da Base Nacional Comum Curricular- BNCC (BAHIA, 2013, s/n).

Ao definir que a discussão coletiva foi garantida aos professores do Ensino Fundamental da rede estadual por meio da orientação de estudos durante as Atividades Complementares, não fica evidente os procedimentos adotados para garantir a participação na construção da proposta curricular. Além disso, constatamos uma contradição no que diz respeito ao ano de publicação da proposta (2013), e a participação dos professores é divulgada no ano de 2015.

Nesse sentido, essa observação analítica dialoga com Apple (2006), ao destacar que o currículo é composto de percepções ideológicas e culturais provenientes de lugares representativos, negligenciando as representações de significados de outros grupos. Na análise das fontes analisadas notamos, portanto, uma tentativa de participação da construção curricular, caracterizando uma pseudoparticipação, não sendo evidenciadas as etapas de construção das Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental no Estado da Bahia e as reais contribuições dos sujeitos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o documento curricular para o Ensino Fundamental do Estado da Bahia notamos que o processo de construção curricular descrito no corpo da Orientação Curricular apresenta uma breve contextualização da realidade social enfrentada no Estado, assim como, os desafios que se apresentam para a consolidação da escolarização. No entanto, percebemos também que a produção destas orientações deveria garantir o envolvimento dos sujeitos que participam diretamente da educação – professores, estudantes, comunidade escolar. Nesse sentido, a dinâmica de escolha dos participantes do grupo na elaboração parece indicar um processo desprovido de critérios objetivos e democráticos, o que inviabilizou a representação das diferentes regiões do Estado da Bahia e, conseqüentemente, a pluralidade da proposta curricular.

Por fim, apontamos que o processo de construção curricular não deve se dar de uma maneira unilateral. O próprio processo deve ser um espaço de debate e construção, pois, desta maneira, poderemos contemplar os contextos, no intuito de sistematizar proposições

reais com o objetivo de melhoria da aprendizagem e enquanto espaço de construção democrática do saber.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAHIA (Estado). **Orientações curriculares e subsídios didáticos para a organização do trabalho pedagógico no ensino fundamental de nove anos**. Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica. Diretoria de Educação Básica. Salvador: Secretaria de Educação, 2013.

GOODSON, Ivo F. **Currículo: teoria e história**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SACRISTÁN, José Gimeno. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu; MOREIRA, Antônio Flávio. (Orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.